

**CONSELHO GESTOR DELIBERATIVO DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DO LITORAL DO PARANÁ – TAJ LITORAL DO PARANÁ**

Extrato da Ajuda memória da 2ª Reunião Ordinária

Data: 15 de dezembro de 2022	Local: virtual - teams
Horário: 10:00 hs -12:00 hs	
Número total de participantes: 15 (conforme lista de presença, anexo I)	
Membros do conselho: Eduardo Vedor, André Cattani, Anne Zugman, Natasha Choinski, Virginia Talbot, Caio Pamplona, Mariele Mucciatto e Rogério José Florenzano Junior. Como convidados estão presentes: Juliano Dobis, Márcio Ferla, Rogério Cabral, Hellen Rocha. Três pessoas da secretária executiva: Manuela Muanis, Daniela Leite e Pedro Alberto Dantas da Silva.	
Pauta: Boas vindas, verificação de quórum e sugestões adicionais para a pauta 1 - Aprovação do PELP; 1.1 – Breve apresentação do PELP – Rogério Cabral 2 – Processo de atualização do MOP – Aditivo de contrato da consultoria do Rogério Cabral; 3 – Planejamento do ICMBio – Jan/2023; 4 – Recomendação do MP para compra de embarcação para o IBAMA; 5 – Apresentação de saldo; 6 – Outros assuntos e encaminhamentos.	

Boas vindas, verificação de quórum e sugestões adicionais para a pauta

Daniela Leite como Secretaria Executiva inicia a gravação, dá as boas-vindas a todos, conferindo o quórum da reunião e demais participantes convidados. Então passa a palavra ao presidente do conselho gestor, Eduardo Vedor.

Eduardo Vedor agradece e dá as boas-vindas a todos, abre a reunião, e inicia apresentando a pauta do dia. Pontua que serão 6 itens, primeiro a aprovação do PELP. Cita que conforme antecipou por e-mail o objetivo será tratar das questões mais burocráticas dessa aprovação tendo em vista que as especificidades técnicas foram muito bem exploradas junto ao comitê de acompanhamento. Portanto agradece ao trabalho desses e pontua que foi um comitê que não só acompanhou, mas que trabalhou arduamente junto com o Rogério. Lembra que os 2 workshops para construção do PELP foram muito bem-sucedidos. Resume que então hoje o foco

principal será tratar da síntese que o Rogério fará, e na aprovação, com a finalidade ter instrumento de gestão, a ferramenta principal desse comitê aprovada para o próximo ano. Além disso cita que a Daniela Leite fará a apresentação do rendimento. Cita que o terceiro ponto tratará do processo de atualização do MOP. E pontua que com o PELP aprovado na presente reunião o MOP já estará desatualizado, portanto será fundamental uma harmonização entre essas duas ferramentas. Esclarece que o FUNBIO já possui uma proposta para aprovação na presente reunião. O ponto seguinte será o planejamento do ICMBio referente ao início do próximo ano. E por fim cita que o último ponto da pauta será a recomendação ao MP em relação a compra da embarcação.

1 - Aprovação do PELP

1.1 – Breve apresentação do PELP – Rogério Cabral

Rogério Cabral inicia a apresentação esclarecendo que será uma apresentação bem sintética e relembra que a versão preliminar do PELP foi enviada na terça-feira por e-mail aos membros do conselho para análise, comentários e sugestões. Relembra que no início foi definido quais são os requisitos metodológicos que estavam estabelecidos, seja no MOP, seja no termo de referência para contratação dessa consultoria, então relembra os pontos que se esperava do planejamento estratégico do programa. Planejamento estratégico, mas com viés operacional, de forma colaborativa e participativa, que se utiliza como linha de base os conhecimentos acumulados sobre a região e os entendimentos que foram construídos ao longo de toda a trajetória do TAJ, todas as discussões e os entendimentos. Que o planejamento oferecesse uma estratégia de direcionamento dos recursos em ambas as modalidades. Que incorporasse no planejamento das UCs federais os marcos referenciais de consolidação que o ICMBio adota. E que também oferecesse uma proposta de indicadores para o programa.

Explica que foi a partir disso que foi construída a metodologia e o plano de trabalho. Esclarece que sua abordagem foi de não trabalhar com uma metodologia fechada, metodologia estanque, e, portanto, ao longo desse processo foram realizados ajustes metodológicos importantes. Relembra que um momento importante foi quando estavam sendo definidas as linhas temáticas de uma maneira um pouco mais pragmática e a equipe do ICMBio fez uma reflexão e recomendou que voltasse ao modelo construído em 2015, para atualizar aquele modelo e a partir daí construir as linhas temáticas. Explana que acredita que isso foi muito importante para o processo de construção, tanto por voltar ao modelo de 2015, recuperar várias discussões e aprendizados, quanto de manter essa base metodológica do plano que é uma adaptação dos padrões abertos. Resume que esse é um pouco do histórico e relembra que o plano de trabalho foi executado em setembro, e que outubro, novembro e dezembro foram meses intensos de trabalho. Agradece aos companheiros da câmara técnica (CT) que acompanharam diretamente esse processo de elaboração. Cita que foram cerca de 14 reuniões da CT, e que é preciso reconhecer que isso é um sintoma de funcionamento do programa, de uma instancia importante da governança do programa. O CG cria uma CT e essa CT se dedica, acompanha e entrega um resultado ao CG do programa. Sendo, portanto, um bom sinal que a governança do programa está funcionando. Por fim, então sintetiza que nesse momento a versão preliminar do PELP está sendo submetido ao CG para virar a versão final do PELP.

Apresenta o desenho da estratégia do PELP. Explica que possui o objetivo geral e um conjunto de 10 linhas temáticas, e que ele é um grande guarda-chuva, é muito amplo. Pontua que procurou considerar todos os recursos e valores fundamentais tanto das UCs quanto do território que foram possíveis de identificar no momento e a partir disso foi criado um guarda-

chuva, um leque amplo de atuação. Então as 10 linhas temáticas são: Estruturação e Consolidação UCs; Avaliação de Impactos; Manejo e Conservação; Proteção; Uso Sustentável; Gestão Socioambiental; Uso Público e Negócios; duas linhas transversais que são Comunicação e Formação, e Articulação Institucional, que são uma base para tudo isso; e mais ainda na base, Gestão do Programa.

Pontua que uma observação importante, ou um aprendizado foi um ajuste na orientação original do programa inclusive remetendo ao documento do termo acordo judicial onde ele estabelecia as 6 linhas temáticas originais. Cita que as discussões e as reflexões oportunizadas na construção do PELP indicaram a necessidade de considerar um conjunto de tema na forma de linha temática que é o uso sustentável dos recursos, o envolvimento dos atores locais e a valorização dos serviços ecossistêmicos do território. Explica que isso então se materializa por exemplo, na linha de uso público e negócios e na linha de usos sustentável. Esclarece que esse ponto está descrito no PELP preliminar, mas que gostaria de chamar atenção do CG de que é um ajuste na concepção original. E na sua visão é um ajuste coerente com o que se pensa em biodiversidade, que é o envolvimento e principalmente a valorização do que o recurso pode gerar para o território e para os estados e os municípios.

Continua explicando que essas linhas temáticas se desdobram em 36 iniciativas estratégicas, então o programa tem uma matriz lógica que é o objetivo geral, as linhas temáticas, dentro de cada linha existem iniciativas estratégicas, e essas iniciativas reúnem um conjunto de propostas de ações no curto, médio e longo prazo. O PELP foi construído com uma visão ampla, de incluir todas as possibilidades de intervenção no território, de contribuir com a conservação.

Explica que um aspecto importante que ficou patente na construção e principalmente no segundo workshop, foi que o grupo, o arranjo do programa tem uma aposta, uma hipótese estratégica de como alcançar o resultado de conservação, as linhas temáticas que são a essência do planejamento. Sendo assim será através das linhas temáticas, que o programa vai gerar o valor social, ambiental que se espera. Portanto explica que as linhas temáticas terão importâncias diferentes e em diferentes momentos do programa. Esclarece que algumas linhas geram mais valor no curto prazo e algumas a longo prazo. Reflete que é interessante pois o programa definiu um pouco essa proposta para o litoral do Paraná.

Na sequência apresenta uma proposta de alocação de recursos para a modalidade IA, e explica que existe a previsão de que no curto prazo a demanda por investimento em estruturação e consolidação de UCs seja maior, e com a implementação do programa tenderá a reduzir. Reflete ainda que essa estruturação irá contribuir com a efetividade da gestão. Continua citando que existe ainda um segundo grupo de linhas temáticas que envolvem a proteção, a gestão socioambiental e, manejo e conservação. Explica então que dividiria as linhas temáticas em 3 grandes grupos, o primeiro de estruturação, que apresenta uma demanda reprimida, expressiva no curtíssimo prazo, que são as apresentadas anteriormente. Enquanto as linhas de Proteção, Manejo e conservação, e Gestão Socioambiental, são linhas temáticas intermediárias que oscilam no valor intermediário, inclusive no longo prazo. Enquanto o terceiro grupo são as linhas temáticas que se agrupam num percentual menor no início, mas que tendem a crescer ao longo do programa, como Uso Sustentável e Uso Público. É esperado que ao longo do programa o investimento e as apostas nessas linhas temáticas cresçam. O consultor reflete em sua avaliação que isso é coerente e consistente com a construção de um cenário onde se esperam resultados para o programa.

Explica que na modalidade III é um pouco diferente, principalmente em relação a estruturação de UCs. Pois é necessário considerar uma curva um pouco mais lenta dos municípios e estado para operarem e acessarem o programa. Sendo assim, é esperado que a demanda da estruturação das UCs municipais aconteça a médio prazo, a partir de 2025. Já a proteção da modalidade III aparece no curtíssimo prazo, como a maior alocação. Explica que isso é dinâmico, que o plano inteiro é dinâmico, que essa alocação de recursos é dinâmica. Esclarece que ela foi feita na visão dos participantes do segundo workshop. Mas acredita que isso oferece um cenário interessante, uma base muito importante para a sustentabilidade financeira do programa, para entender como a necessidade de recursos pode oscilar com a implementação do programa.

O consultor então faz alguns comentários sobre os desafios da operacionalização. Explica fazendo um recorte desse planejamento estratégico para a visão de curtíssimo prazo, para 2023. As UCs federais por exemplo têm a previsão de atuar nas 9 das 10 linhas temáticas, isso se desdobra em 36 ações. No caso das UCs municipais e estaduais, o processo de participação é a partir de uma seleção, elas se candidatam e o programa seleciona. Para 2023 todas as linhas temáticas estão previstas com algumas diferenças. Explica que foi discutido se a estruturação física das UCs estaduais e municipais deveria ou não entrar, e a proposta é que não entrem no primeiro momento. Mas devem ser contempladas em 29 ações, por exemplo com apoio a plano de manejo, a proteção, a regularização.

Em relação as chamadas de projeto para RPPNs, estão previstas em 5 linhas temáticas com 10 ações. Enquanto as chamadas de projetos para instituições sem fins lucrativos, estão previstas 6 linhas temáticas, com 12 ações. Além disso para gestão do programa, são indicadas 5 ações de curtíssimo prazo, entre elas a estruturação do monitoramento do programa, que deve ser destacada. Uma recomendação é que o monitoramento seja uma das primeiras medidas a partir de 2023. Para que se estabeleça uma linha de base para acompanhar a evolução, os impactos do programa, os resultados do programa. A criação de uma CT de monitoramento dentro do programa, estruturar um sistema de monitoramento, detalhar esses indicadores que estão previstos no PELP e transformá-los para que possam gerar informação, é uma medida de curtíssimo prazo.

O consultor destaca como desafio o peso que as demandas das UCS federais têm para destravar a execução do programa. Explica que não é simples organizar as demandas de 7 UCs, dos NGIs e traduzir isso em solicitações para o programa exige um esforço, portanto sinaliza que o ICMBio aloque capacidade e pessoas para coordenar esses esforços para que essa curva de aprendizagem seja reduzida.

Alerta que o acesso ao programa pelos municípios e estados, no seu entendimento não está resolvido. Ainda é necessário esclarecer como formalizar, que tipo de termo, que tipo de formalização vai ser feita, como trazer as demandas e fazer com que eles acessem o recurso. Sendo assim, essa é uma medida importante para execução.

Reflete que em relação as chamadas de projetos e seleção das UCs, um aprendizado que teve ao longo do processo de elaboração, foi de quem é o programa de conservação do litoral do Paraná. Explica que quando é falado: “que vamos elaborar plano de manejo, que vamos fazer proteção...” o programa em si não é uma entidade executiva, ele tem uma secretaria executiva, mas é para apoiar o seu funcionamento. Não é o FUNBIO que realizará a proteção, o monitoramento. Então chama a atenção que essas ações precisam ser disparadas, as chamadas de projetos têm que ser disparadas, a articulação com o estado e municípios tem que ser disparado. Explica que entende que todos possuem tarefas nas instituições, então acredita que

um grande desafio será de como trazer essa capacidade de execução para dentro do CG para disparar o que o plano estabelece. Pontua que acredita que a grande limitação desse primeiro ano será a capacidade de execução das instituições, que o teto do programa de 2023 será essa capacidade, do ICMBio, do CG, de destravar esses gatilhos de execução para fazer o programa acontecer.

Finaliza dizendo estar aberto a sugestões, críticas e que além disso gostaria de pactuar um prazo para os ajustes, comentários no documento. Que mesmo que o PELP seja aprovado aqui, ainda está aberto a sugestões para serem adicionadas no documento final. Por fim, Rogério Cabral agradece a oportunidade e a confiança por realizar o trabalho.

Eduardo Vedor agradece a explanação do Rogério. Explica que ficou claro que o território dispõe de mais de uma dezena de instrumentos de planejamento, e que muitos são divergentes, mas cita que o consultor fez uma excelente escolha ao selecionar e trazer uma reflexão sobre os planos municipais da Mata Atlântica, que são atuais, o PDS e a oficina de planejamento de 2015, que de certa forma sintetiza estratégias que o ICMBio tem no âmbito dos seus planos de manejo. Esclarece que saiu com ansiedade do último workshop por ser a primeira vez que se tem um instrumento de planejamento para o território que integra os demais instrumentos de planejamento e com um potencial incrível de implementação. Lembra que na construção do PDS saiu com essa sensação de integração, mas sem perspectivas de efetivar por falta de recurso. Além disso, quando a política ambiental do estado do Paraná se voltou para os grandes empreendimentos, como a engorda, a ponte de Guaratuba, a faixa de infraestrutura, foi desestimulante. Porque a conservação da natureza prevista no PDS ficou no plano secundário, ou até mesmo esquecida. Reflete que agora o conselho tem uma oportunidade incrível de pela primeira vez na história do litoral do paraná, integrar instrumentos de planejamento e ter recursos.

Rogério Cabral aproveita para fazer uma fala sobre a escolha metodológica, e explica que foi privilegiado o processo de construção do plano, que foi um processo de cocriação. Portanto o plano é um documento formal que o programa precisa, mas esclarece que na sua visão o maior ganho está no grupo, devido aos alinhamentos construídos ao longo do processo de criação. Lembra que existiram excelentes discussões das instituições sob os diferentes pontos de vistas do território, e de maneira nenhuma o plano ou nenhum documento consegue transparecer isso. Os consensos, os entendimentos, essas diferenças afloraram e foram discutidas e trabalhadas de maneira muito honesta pela parte do grupo. As pessoas entenderam que apesar de não concordarem totalmente era possível concordar e aceitar os outros pontos de vista. E conclui que acredita que esse seja um dos motivos para familiaridade com o produto final, que os membros do CG trouxeram anteriormente. Pede que o grupo continue trabalhando junto, e lembra que esse é apenas o primeiro plano, possivelmente muitos planos virão.

Por fim, pede licença para se retirar, pois acredita que os próximos pontos têm mais relação com o CG, e lembra que fica no aguardando das colocações e sugestões.

Daniela Leite resume os próximos passos a respeito da deliberação do PELP, enviar até o dia 20/12 para a gerência do projeto, e a Daniela enviará ao Rogério e solicitará que ele feche ainda esse ano, na última semana de dezembro, assim o documento será aprovado ainda esse ano. Então sugere seguir para deliberação.

Eduardo Vedor então coloca o primeiro ponto para **deliberação que é a aprovação do PELP. Então solicita que coloquem no chat a palavra sim, aqueles que aprovam e os que são contrários, não, e lembra que podem se abster. Inicia então a votação. 7 conselheiros**

presentes aprovam. É pontuado que o Leandro do IFPR não está presente, e que ele não tem um suplente presente, e ainda é alertado que ele não possui um suplente registrado no CG.

DELIBERAÇÃO 1: Aprovação do PELP - APROVADO

Na sequência é colocada para votação a data de 20/12/2022 para os ajustes do Rogério Cabral. É lembrado que o ICMBio possui reuniões todas as segundas, então poderiam fazer uma discussão antes de trazer as sugestões. É lembrado que as sugestões devem ser feitas em resposta ao e-mail enviado pela Daniela. Então é aberta a votação, dos 7 presentes, todos votaram sim.

Daniela Leite expõe que o PELP tem as prioridades para 2023, portanto sugere que todos façam uma leitura aprofundada do documento, principalmente as prioridades para 2023. Expõe que 2 linhas precisam ser pensadas, a primeira é o planejamento do ICMBio, que é o terceiro ponto da pauta. E a segunda é a questão das temáticas dos editais. Expõe que a ideia é ter os primeiros editais prontos para lançar ainda no primeiro semestre de 2023 e iniciar a execução no início do segundo trimestre. Então propõe que isso seja discutido numa reunião extraordinária em janeiro para que sejam pensadas as linhas temáticas. Explica que para a modalidade III, existe um teto de 10% ao ano de execução. Mas se o CG achar pertinente é possível considerar que como foi executado em 2022, que esse recurso de 2022 possa ser executado em 2023 juntamente com o de 2023, abrindo mais editais, com valor maior, juntando esses dois anos de execução.

Eduardo Vedor expõe que não havia pensado nessa possibilidade, mas acredita que o ideal é que o CG seja mais conservador no primeiro semestre, para aprender a lidar com os editais, do que gerar uma pressão por um volume grande de recurso já no primeiro semestre. Ainda propõe que seja avaliado a questão de trabalhar com mais dos 10% anuais, talvez com os 20%, no segundo semestre.

Caio Pamplona expõe que no âmbito do ICMBio foi iniciada uma discussão sobre a modelagem financeira interna, mas foi apenas o início. Perceberam que necessitam estabelecer a condição atual dos marcos referenciais que o programa vai usar, qual o custo estimado de implementação das UCs dentro de um modelo que o FUNBIO realiza. O ICMBio tinha uma proposta contrária, considerando que ainda não existe o aprendizado, a estrutura, não possui a expertise de fazer as coisas, e de não ter claro os cenários financeiros que são possíveis. Uma preocupação por exemplo, é de o ICMBio adotar uma estratégia financeira diferente da modalidade III, o que isso vai levar para o programa. Então propõe que seja discutido melhor os projetos, por exemplo, serão de 1, 3, 10 anos. Além dos tetos, no PELP está indicado mais ou menos os tetos para cada iniciativa, mas não é uma amarra. O ICMBio entende que o ideal seria andar um pouco mais devagar. Existe a pretensão que o programa dure mais que 10 anos e os 10%, e por isso é preciso conhecer propostas, cenários, estudos para assim avaliar as opções. Então o ICMBio não concorda com proposta dos 20% sendo gastos no primeiro ano, é uma coisa que não foi discutida e expõe que não é possível deliberar nesse momento como instituição.

Daniela Leite faz uma correção, e explica que quando é falado em executar 20% dos recursos, trata-se de alocação de recurso. Por exemplo, projetos de monitoramento são de longo prazo, de 5/10 anos. Então significa que o recurso será alocado, não executado. Além disso reflete que o ponto realmente não foi discutido a fundo, mas o que está sendo colocado é em referente a modalidade III, que é diferente do ICMBio que realmente tem um tempo diferenciado. Mas coloca que isso pode ser levado para uma discussão mais aprofundada, mas que é necessário começar executar o programa na modalidade III. Então expõe que é necessário alocar recursos nos editais, que não possível esperar uma discussão muito alongada. Coloca que talvez existam

erros, mas é necessário lançar editais na modalidade III no início de 2023, caso contrário o programa perderá credibilidade. Expõe ainda que entende a preocupação, mas esclarece que outros recursos só virão para o programa, se existirem resultados.

Eduardo Vedor expõe que concorda com o Caio com o fato de ser mais conservador no primeiro ano, mas por outro lado entende que faz parte do processo de implementação do planejamento assumir certos riscos. Coloca que dentro do MOP e o PELP existem ferramentas para fazer a gestão de riscos. Então propõe para o conselho que a Daniela e Manuela apresentem uma proposta para que possa ser levado para as instituições dos membros do CG, talvez 2-3 cenários, um mais conservador, um intermediário e um mais arrojado. Onde as instituições discutam internamente e seja discutido em uma reunião extraordinária em fevereiro, com foco em decidir qual será a estratégia de alocação de recurso. Expõe que é necessário esse direcionamento. Dessa forma, O FUNBIO direciona as instituições e de posse da proposta factível, as instituições discutem. Propõe uma reunião de 3h, presencialmente para discussão com esse foco. Então abre a palavra para o Rogério Florenzano e a Manuela.

Rogério Florenzano diz que concorda com o exposto e propõe que seja criada uma CT para discutir esse ponto e para trazer ao CG uma proposta.

Manuela Muanis expõe que acha a proposta excelente. Ainda coloca que já havia conversado com a Daniela e que irão na próxima semana trabalhar junto ao PELP para organizar e alinhar as propostas e construir os cenários. Coloca que acha a ideia da CT realmente boa, e que caso seja necessário ao longo do processo, é possível a contratação de consultor. Explica que algumas coisas já estão preparadas, mas que ainda necessitam ser aprovadas internamente no FUNBIO. Coloca que foi distribuído um questionário para as 7 UCs federais e solicita que os envie até a primeira semana janeiro, para que possa auxiliar nesse trabalho. Pois ao indicar o que existe hoje nas UCs é possível construir uma modelagem básica, para consolidar as UCs ao longo do tempo e qual o seu custo, que seria uma micro-projeção dentro do PELP.

Caio Pamplona expõe que já foi contemplado, que ia propor que o ICMBio trabalhe firme com a FAUC, pois acredita que será importante para definição dos tetos, das definições de gastos. Expõe ainda que deve ser considerado o cenário mais conservador, pelo menos 5%, e esclarece que a proposta não era executar nada.

Eduardo Vedor propõe que exista dentre os indicadores de efetividade do programa, além do máximo que o TAJ já possui, ter um limite mínimo também. Agradece pela proposta da CT do Rogério. Então abre para uma consulta prévia para verificar se as instituições já teriam voluntários nessa época do ano.

Rogério e Caio expõem que metade das pessoas tem recesso em uma semana e metade na outra, e que a Shanna está de férias.

Eduardo Vedor conclui que provavelmente a primeira reunião dessa CT será na semana do dia 09/01/2023. Na sequência questiona quem tem interesse e disponibilidade de participar dessa CT, explica que terá no mínimo uma reunião semanal para chegar com uma proposta a ser apresentada ao CG dentro de uma reunião extraordinária.

Caio Pamplona propõe que seja feita uma série de reuniões, como uma oficina na semana do dia 09, pois acredita que terão pessoas disponíveis.

Eduardo Vedor propõe então uma reunião rápida no dia 10/01/2023 para encaminhamentos, discutir como será trabalhado essa questão. Expõe que se o FUNBIO já tiver uma proposta inicial,

poderá apresentá-la para direcionar o trabalho. Reflete que pelo exposto terão mais pessoas disponíveis e que uma possibilidade será ter umas 3 reuniões durante a segunda semana do ano, e tentar já encaminhar algum material, deixar alguma tarefa de casa para que cada as instituições trabalhar internamente. Propõe ainda que já seja marcada para o início de fevereiro a reunião extraordinária para deliberar a questão de qual cenário. Sendo assim, em fevereiro serão estabelecidos os cenários de alocação de recurso e direcionadas quais ações estratégicas serão priorizadas, e a partir disso poderão ser criadas novas CTs para os primeiros editais. Reflete que os primeiros editais serão um trabalho árduo para o CG. Mas que depois que o modelo for construído ficará mais fácil. Então a proposta de encaminhamento é uma reunião extraordinária do CG mais rápida de pauta única que irá tratar da CT acerca da locação dos recursos financeiros à luz do novo PELP. Alguém teria alguma sugestão complementar ou nova sugestão.

Rogério propõe 6 nomes do ICMBio para compor a CT, e sugere que tenha nomes das outras instituições.

Eduardo Vedor expõe que o formato das CTs que já ocorreram foi mais enxuto, 4-5 pessoas, e imaginou que teriam menos pessoas. Mas pontua que o importante é que o ICMBio já traga a posição pronta para a CT, para que não vire uma discussão do ICMBio dentro da CT.

Mariele expõe que acredita que seja possível marcar a reunião da CT na semana do dia 09-10/01. Além disso, solicita que as **reuniões do CG sejam marcadas às 9h ao invés das 10h.**

Eduardo Vedor então sintetiza que a proposta seria para fazer a reunião no dia 10/01/2023 para iniciar a CT, e que as instituições já levem as propostas que já estiverem prontas puder trazer sugestão de encaminhamento já traz. Além disso, concorda com o início as 9h. Reflete que das universidades, apenas ele está presente, mas coloca que irá alinhar com os outros membros para que um deles esteja presente na reunião, e questiona o mesmo aos representantes das ONGs, e relembra que não precisa ser conselheiro.

DELIBERAÇÃO 2 – Reunião dia 10/01/2023 às 9h para instalar a CT voltada a alocação dos recursos para 2023, cujo objetivo será definição de cenários (cenário mais conservadores, mais arrojado e um intermediário), em termos de aplicação de recursos. Tendo a materialidade dos cenários deliberar em conjunto na primeira reunião extraordinária do CG. ICMBio tem pessoas, as ONGs irão conversar para trazer um nome em comum. Os nomes serão enviados até 20/12/2022 para a gerência que enviará os convites. - APROVADA

Daniela passou então para o próximo item da pauta

2 – Processo de atualização do MOP – Aditivo de contrato da consultoria do Rogério

Cabral

Daniela explicou que o MOP foi elaborado no começo do ano passado, em março, e foi utilizado um modelo convencional do FUNBIO para projetos com algumas especificidades do programa. Mas já estava previsto que seria necessária uma revisão. Sendo assim agora é necessária uma revisão mais apurada, refletindo o que está estabelecido no PELP. Além disso, conforme foi discutido na CT, com a finalidade de tratar questões de acompanhamento dos resultados ao longo do programa, é necessário também que seja desenvolvido um anexo específico de monitoramento. A sugestão é que seja realizado um aditivo no contrato de Rogério Cabral, uma vez que já este possui familiaridade com o PELP, com as documentações que subsidiaram a elaboração do PELP, além disso, ele acredita que em poucas semanas conseguirá fazer o proposto, além disso é um processo de contratação mais fácil e mais ágil.

Eduardo Vedor esclarece que serão 2 produtos dentro desse aditivo: a revisão do MOP à luz do PELP e; a proposta de monitoramento.

Daniela expõe que em conversa com o Rogério, ele acredita que precisamos ter dentro do MOP uma parte de sustentabilidade financeira do projeto. Mas coloca que isso deve ser desenvolvido mais a frente como um manual a parte. Então para o momento atual seria atualizar o MOP, uma vez que existem pontos no PELP que não estão refletidos no MOP, e fazer o anexo de monitoramento, para que esses documentos possam estar disponíveis para o próximo ano.

DELIBERAÇÃO 3 - Revisão do MOP e proposta de monitoramento contratando o Rogério Cabral no âmbito do contrato que já existe, aditivando no mesmo contrato - APROVADA

Próximo item de pauta:

3 – Planejamento do ICMBio – Jan/2023

Daniela relata que o FUNBIO está pensando em levar os membros do ICMBio para o RJ para fazer uma capacitação no sistema, e também fazer um planejamento para 2023, até 2024 se achar pertinente, a luz do que sendo conversado. Além disso também a luz da ferramenta já citada que o ICMBio irá preencher seguindo o modelo de sustentabilidade do FUNBIO e de consolidação das UCs. Existe o teto de 10% por ano, estabelecido pelo TAJ, esse planejamento precisa ser aprovado pelo CG. Então que propõe hoje seja colocado para aprovação no CG que esse planejamento seja feito e na próxima reunião do CG sejam aprovadas as linhas gerais e o orçamento.

Fica agendada para a semana do dia 06 de março de 2023 uma reunião do ICMBio na sede do FUNBIO do Rio de Janeiro, para capacitação e planejamento orçamentário para 2023 e 2024, e solicita que o ICMBio confirme posteriormente.

4 – Recomendação do MP para compra de embarcação para o IBAMA;

Demanda está contemplada na previsão dos primeiros editais de 2023.

DELIBERAÇÃO 4: Toda demanda futura deve estar contextualizada no PELP APROVADA

5 – Apresentação de saldo

Eduardo Vedor então pede para a Daniela trazer o último ponto da pauta, que é atualizar o saldo.

Daniela explica que é apenas uma atualização das informações que foram apresentadas na última reunião e do que se tem em outubro. Expõe que a modalidade IA tem um saldo de cerca de R\$56 milhões e na IIIA um saldo de cerca de R\$67 milhões. Explica que essa semana enviou aos ministérios públicos um detalhamento da prestação de contas. Lembra que a prestação de contas é semestral, mas eles solicitaram o envio trimestral, sendo assim foi enviado a eles o trimestral com cópia para o Eduardo. O documento possui todo o detalhamento do valor executado, o que foi gasto e o saldo na conta. Isso irá constar na prestação de contas semestral que será disponibilizado também para o CG. Na sequência questiona se alguém teria alguma dúvida.

Ninguém se manifesta, Daniela então segue para o último slide, com o cronograma do Programa. Em 2023 está previsto o início da execução, o lançamento de editais e a elaboração dos POs do ICMBio. Além disso tem como previsão a revisão e adequação do MOP, a consultoria de sustentabilidade financeira do programa (próximo ponto importante que será necessário tratar), e a consultoria da assessoria de comunicação. Então conclui que o cronograma está sendo seguido conforme proposto previamente.

Eduardo questiona se algum membro possui alguma dúvida ou consideração final. Então agradece a todos não só pela reunião, mas pela construção do conselho que em sua visão, é inovador. Reflete que o grande desafio é mostrar para sociedade como deve ser a gestão do dinheiro, a tomada de decisão, sem interesses pessoais, mas sim com interesses coletivos voltado para o território. Diz que essa é uma construção dos membros, que todos devem se orgulhar. Parabeniza a todos, e diz que tenham um sentimento de dever cumprido, que as energias sejam recarregadas para o ano vem que trará novos desafios.

A reunião é finalizada.

Encaminhamentos
A respeito da deliberação do PELP, enviar até o dia 20/12 para a gerência do projeto, e a Daniela enviará ao Rogério e solicitará que ele feche ainda esse ano, na última semana de dezembro, assim o documento será aprovado ainda esse ano. Então sugere seguir para deliberação.
10/01 às 9h uma reunião para instalar a CT voltada a alocação dos recursos para 2023, cujo objetivo será definição de cenários (cenário mais conversadores, mais arrojado e um intermediário), em termos de aplicação de recursos. Tendo a materialidade dos cenários deliberar em conjunto na primeira reunião extraordinária do CG. ICMBio tem pessoas, as ONGs irão conversar para trazer um nome em comum. Os nomes serão enviados até 20/12/2022 para a gerência que enviará os convites.
As reuniões do CG passem a ser marcadas às 9h ao invés das 10h.
Fica agendada para a semana do dia 06 de março de 2023 uma reunião do ICMBio na sede do FUNBIO do Rio de Janeiro, para capacitação e planejamento orçamentário para 2023 e 2024.

Resumo das deliberações:

Item da Pauta	Deliberações

1	1 - Aprovação do PELP - APROVADO
	2- Reunião dia 10/01/2023 às 9h para instalar a CT voltada a alocação dos recursos para 2023, cujo objetivo será definição de cenários (cenário mais conversadores, mais arrojado e um intermediário), em termos de aplicação de recursos. Tendo a materialidade dos cenários deliberar em conjunto na primeira reunião extraordinária do CG. ICMBio tem pessoas, as ONGs irão conversar para trazer um nome em comum. Os nomes serão enviados até 20/12/2022 para a gerência que enviará os convites. - APROVADA
2	3- Revisão do MOP e proposta de monitoramento contratando o Rogério Cabral no âmbito do contrato que já existe, aditivando no mesmo contrato - APROVADA
4	4- Toda demanda futura deve estar contextualizada no PELP - APROVADA

Anexos:

Anexo I: Listas de presença de membros do Conselho Gestor e outros participantes

Anexo II: PPT 'Apresentação do PELP'